

**O fazer-estagiário inclusivo:** Perspectivas de vivências na Educação Especial  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

## O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial

**Resumo:** Essa pesquisa tem cunho qualitativo e foi desenvolvida metodologicamente como relato de experiência, por observação de 29 meses de estágio não obrigatório em dois momentos distintos, numa escola municipal 21 meses, e no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas 8 meses. O objetivo foi traçar reflexões a partir das vivências do estágio na Educação Especial, seus desdobramentos e indícios para delineamento do conceito de fazer-estagiário inclusivo. Após análise compreende-se que o fazer-estagiário inclusivo se desenvolve no trabalho que concebe diálogo, singularidades e atualizações pedagógicas constantes para o atendimento das necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial, prioritariamente assume o sujeito acima do laudo, visando a superação das barreiras de aprendizagem para promoção da acessibilidade ao conhecimento curricular e convívio social, entretanto pode ser visto como conceito flutuante.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Estágio.

## The inclusive intern-doing: Perspectives of experiences in Special Education

**Abstract:** This research has a qualitative nature and was methodologically developed as an experience report, through the observation of 29 months of non-mandatory internship in two different moments, in a municipal school for 21 months, and in the Center for Assistance to People with Specific Needs for 8 months. The objective was to outline reflections from the experiences of the internship in Special Education, its developments and indications for outlining the concept of inclusive intern-doing. After analysis, it is understood that the inclusive intern-doing is developed in the work that conceives dialogue, singularities and constant pedagogical updates to meet the specific needs of the target audience of Special Education students, primarily assumes the subject above the report, aiming at overcoming of learning barriers to promoting accessibility to curricular knowledge and social life, however it can be seen as a fluctuating concept.

**Keywords:** Special Education. Inclusion. Intership.

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

## 1 Educação Especial: princípios inclusivos na escola

A modalidade Educação Especial firmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996 (BRASIL, 2020), denota conhecimentos específicos que são presentes na maior parte das licenciaturas brasileiras, contudo, para que se forme o professor habilitado em educação especial outros requisitos são necessários. Baptista (2011) considera:

[...] educador especializado em educação especial ou educador especial aqueles com formação específica: curso de graduação na área; em pedagogia, com habilitação específica; curso de especialização ou estudos complementares. Essa pluralidade de dimensões quanto à formação é garantida pela legislação atual, a qual não define especificamente uma trajetória (BAPTISTA, 2011, p.1).

A perspectiva inclusiva legalmente atravessa todas essas formações, visto que a política atual firma laços entre a Educação Especial e a Inclusão (BRASIL, 2008) e pelo caráter transversal da modalidade se aplica em todos os níveis escolares (educação infantil, ensino fundamental, médio, técnico e superior), garantindo o direito de educação para todos, por consequente incube a instituição de promover acessibilidade curricular (BRASIL, 2020).

Historicamente por intermédio da Constituição Federal de 1988, influências de movimentos mundiais sobre inclusão como Salamanca (UNESCO, 1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2015) a inclusão se legitima na sociedade e traça caracterizações institucionais, as escolas inclusivas, que em definição seriam:

[...] aquelas que reconhecem e respondem às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades, num ambiente onde exista prosseguimento de serviços e apoio competente ao contínuo de imperativos que estão presentes (...) (GONÇALVES, KAUARK, THIENGO, 2017, p.194)

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

A Educação Especial brasileira ao ser categorizada expressa conceitos específicos, como Atendimento Educacional Especializado (AEE) que é articulado a uma resolução própria (BRASIL, 2009), também delimita seus estudantes denominados público-alvo da Educação Especial, grupo que contempla as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2008, 2009, 2020).

Os princípios inclusivos escolares são aqui definidos como aqueles que a LDBEN de 1996 aponta no Art. 59, para tentar garantir que o processo de ensino e aprendizagem na escola regular seja para todos, promovendo condições de acesso aos conhecimentos elaborados a um grupo que sofreu por décadas com estereótipos e preconceitos em diferentes povos e culturas no decorrer da linha histórica (PERANZONI e FREITAS, 2000) e tentando garantir através de estratégias inclusivas (BRASIL, 2009) a permanência e êxito dos estudantes vinculados à Educação Especial na escola regular. Os princípios enunciam:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 2020).

A escola então inicia a adoção e defesa de tais princípios e pode almejar uma formação humana com amplitude crítica, atualmente respondendo pela inclusão na Educação Especial além de outros processos inclusivos (culturais, étnicos, identitários), mas na tentativa de fortalecer a inclusão depara-se com diversas problemáticas, entre elas a escassez de recursos no desmonte da escola pública (GONÇALVES, 2020).

A escassez de recursos econômicos e humanos, especificamente na Educação Especial acabam favorecendo um território formativo, o estágio não obrigatório, que diferente do

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

estágio curricular pode ser direcionado à demandas específicas da escola, logo com o aumento disparado dos alunos público-alvo dentro da modalidade da Educação Especial na perspectiva inclusiva, as instituições escolares direcionam para os estagiários o acompanhamento dos alunos com necessidades específicas.

É nesse contexto de escassez que pensar o estágio na Educação Especial torna-se um desafio que precisa conceber diversos apontamentos, por exemplo: considerar o ambiente em que se trabalha, uma escola inclusiva; com quem se exerce o serviço, profissionais qualificados e habilitados na modalidade; recursos materiais e arquitetônicos disponíveis, brinquedos pedagógicos, sala de recurso e banheiro acessível. Certo? Do contrário. Quais as perspectivas e como deve ser realizado o caminhar rumo à inclusão? Para além dessas questões, na formação inicial é essencial refletir sobre a:

“[...] importância do contato com a realidade da Educação Especial para que o acadêmico de Pedagogia possa retirar o véu do olhar e enfrentar os desafios, tal como as experiências de crescimento nos âmbitos profissionais e pessoais encontrados nessa área educacional, principalmente no dilema sobre a formação do pedagogo” (SILVA; SOUSA & NEGREIROS, 2020 p. 63).

Para os estagiários as dúvidas iniciais podem pairar sobre: O que devo fazer? Como acompanhar esse estudante? O que o Estudante tem? Que atividades e práticas pedagógicas durante a formação podem auxiliar? Afinal qual é o papel no estágio com os estudantes vinculados a Educação Especial? Entretanto, as questões são bem mais amplas, pois carregam consigo historicidade cultural, política e econômica, características que articuladas ao fazer-estagiário assumem maior grau de complexidade para a promoção da inclusão.

Em resposta aos questionamentos, não há um tutorial de como fazer inclusão numa escola com poucos recursos, nem laudo e receita de como atender as necessidades específicas dos alunos. Ao pensar que tais vivências potencializam e proporcionam aprendizagem para formação profissional há de se articular conhecimentos pedagógicos específicos da Educação Especial, principalmente para compreender que as complexidades das relações humanas exigem no chão da escola um fazer-estagiário que assuma posicionamento inclusivo, transformador e colaborativo, sendo supervisionado como formação em andamento.

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

Essa pesquisa tem cunho qualitativo e foi desenvolvida metodologicamente como relato de experiência (GIL, 2019), por observação dos períodos de estágio não obrigatório, com objetivo de refletir cientificamente sobre as vivências escolares na Educação Especial, seus desdobramentos e indícios para formulação do conceito de fazer-estagiário inclusivo.

Antes, considerar os apontamentos sobre o fazer-estagiário inclusivo requer compreender a Educação Inclusiva como movimento social da educação de abrangência local, estadual, nacional, ainda internacional e mundial, uma luta pelo respeito ao convívio com a diversidade humana, que na Educação Especial se associa a políticas de humanização e combate à discriminação, educar para uma vida democrática que valoriza os sujeitos e suas diferenças acima da condição de deficiência e preconceitos (PADILHA, SILVA, 2020).

## 2 Vivências na Educação Especial e o fazer-estagiário inclusivo

Com intuito de delinear perspectivas iniciais do conceito fazer-estagiário inclusivo, no primeiro momento da pesquisa é apresentado um relato reflexivo, um recorte dentre os 21 (vinte e um) meses de estágio na Educação Especial, que corresponde ao acompanhamento de três alunos público-alvo em escolas municipais, em seguida são postas em pauta considerações de um estágio em desenvolvimento (8 meses) dentro do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no Instituto Federal do Espírito Santo e suas relações com o acompanhamento dos alunos.

Durante o acompanhamento na sala de aula do segundo ano do fundamental I de duas pessoas com Autismo e uma de 12 anos com múltiplas deficiências, dependente e com alta complexidade, a falta de conhecimentos específicos de como trabalhar com os estudantes despertou grande ansiedade, considerar um estágio que se inicia com falta de embasamento teórico e profissional dentro da Educação Especial foi extremamente desafiador.

De um lado, o cotidiano escolar de sujeitos que não comem comidas sólidas, com sérias restrições alimentares, que usam fraudas, não são oralizados e com problemas locomotores parecia sufocante. Do outro, as possibilidades e desafios do estágio aguçavam a

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

determinação em aprender com a inclusão das pessoas com deficiência, presença marcada por ações mundiais de luta, movimentos sociais coletivos e historicidade da educação na perspectiva inclusiva (BRASIL, 1994, 2008, 2015, 2020).

Com a vivência foi compreendido que as atividades trabalhadas com estudantes com autismo que se mostraram eficazes no processo de alfabetização, servindo inclusive para os demais, não conseguiam alcançar a pessoa com múltiplas deficiências, logo, pensar nas atividades exigia considerar outras questões.

Esse aspecto de individualidade e singularidade no acompanhamento dos estudantes foi marcante, métodos pedagógicos absolutos e padronizados não apresentavam efetividade no acesso aos conhecimentos curriculares, logo alternativas pedagógicas precisavam ser inseridas no cotidiano escolar, condição que abre espaço para um diálogo crítico e percepção de atravessamentos entre aprender e ensinar, ambos em ações conexas no fazer-estagiário inclusivo que se vê na posição concomitante de quem aprende-ensina.

Entre quebra-cabeças, jogo de tampinha, bolinhas coloridas, alfabeto móvel etc., a relação com o lúdico e o educacional fora se estreitando. Nas tentativas foram confeccionados diversos jogos pedagógicos, estabelecendo uma ponte para desenvolver a coordenação motora e o raciocínio desse estudante, a participação e opinião do estagiário foi mais requerida nessa proposta. Na busca por acessibilidade curricular muitos jogos educativos eram usados, uma busca constante por alternativas pedagógicas, o que não tinha na escola era feito com material reciclável, considerando as necessidades específicas do estudante e o objetivo da aprendizagem de modo a ampliar as interações sociais.

“Entende-se que a interação dos alunos com necessidades especiais em sala de aula pode ser facilitada através da ludicidade, bem como o processo de aprendizagem, pois o conteúdo é conduzido de forma dinâmica e criativa facilitando a sua assimilação” (SILVA; SOUSA & NEGREIROS, 2020 p. 68).

Nas atividades eram trabalhadas as texturas com tinta, água, areia, pedrinhas, papelão entre outros, com sons e materiais variados, inclusive junto com músicas, pois os estudantes gostavam e assumiam maior participação. Muitos desses jogos eram usados apenas com os

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

sujeitos que iam ao AEE, mas durante o uso coletivo em sala de aula regular era motivado a socialização entre os colegas, acentuando a perspectiva de inclusão.

A participação conjunta na sala de aula regular e o trabalho colaborativo frente a tais ações foram essenciais, a escola que se propõe incluir deve compreender a responsabilidade como uma ação necessariamente coletiva, observou-se que quando professor e estagiário destinam tempo para planejar e sugerir tais ações a inclusão se sustenta no convívio da turma.

Dessa e de outras vivências compreende-se que ao fazer-estagiário inclusivo cabe conceber singularidades e atualizações pedagógicas constantes, logo dedicar tempo e pesquisa a ação do acompanhamento torna-se um requisito básico, contudo com a formação inicial isso pode ser facilitado e fortalecido.

Ainda a busca por atendimento as necessidades específicas dos alunos perpassam pela dedicação em conhecer o sujeito concreto ao qual se destina a ação pedagógica, conviver, se aproximar, compreender e valorizar a pessoa mais do que seu laudo, logo o fazer-estagiário inclusivo percebe o sujeito antes do laudo, procede por criar laços sociais no fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem. Aqui cabe apontar outra vivência que fortalece esse pressuposto:

[..] cada aluno requer de nós um estudo aprofundado, um olhar crítico, uma elaboração didática da matéria e do material de forma criativa, distinta e incisiva, até quando exposta, por exemplo, em um simples quadro branco. Na verdade, requer um ser humano cada vez melhor e mais empenhado de nós, com olhares ponderados e apurados (RODRIGUES, HORA, VIEIRA, 2020)

Cabe frisar, que durante este estágio foi importante ter acesso a uma rede de apoio para além dos muros da escola, como o Centro de Educação Multiprofissional (CEMP), da Secretaria Municipal de Educação, além de conversas sobre as dificuldades e dúvidas que eram levantadas e supridas durante a formação na Licenciatura Pedagogia no Instituto Federal do Espírito Santo, ou seja, o fazer-estagiário inclusivo só se evidencia em ações coletivas e colaborativas, talvez caiba indagar que o trabalho colaborativo precisa ser assumido como responsabilidade de todos nas escolas inclusivas.

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

O estágio no Napne acaba por assumir outra configuração, mesmo porque uma vivência com maior amadurecimento já havia se firmado no estágio anterior e conhecimentos dos Fundamentos da Educação Especial foram cursados no decorrer da Licenciatura em Pedagogia, logo como considera Souza:

É importante reconhecer que o processo de amadurecimento do/a docente é contínuo, passando por transformações ao longo do tempo. Portanto, as situações relatadas (...) poderão ter outros significados e serão percebidas de maneira diferente na medida em que experiências e saberes forem sendo agregados (SOUZA, 2020, p. 58).

Algumas questões diferenciam esse momento, por exemplo, o intenso auxílio profissional nos cumprimentos dos princípios inclusivos, a estrutura arquitetônica com amplo espaço dedicado ao AEE, ações de planejamento e formação direcionadas e constantes decorrentes de estudos de caso, acompanhamento dos estudantes no desenvolvimento e apoio de atividades adaptadas vinculadas a conhecimentos curriculares específicos (técnicos) com mais de um professor habilitado, sensibilização de turmas e formações de professores, além de produção científica na área da Educação Especial.

Uma diferença evidente é o requisito intenso de formação específica em decorrência da demanda estudantil, é preciso compreender teoricamente o público-alvo da Educação Especial ao qual se destina a ação pedagógica, para além da aproximação e valorização do sujeito que também é priorizada. Abordagem que concebe fundamentação metodológica nas produções científicas atuais de revistas científicas dedicadas a Educação Especial, associada a diferença de nível da educação (alunos do ensino médio, técnico e superior), considerando autonomia que os sujeitos apresentam e os conteúdos curriculares pelos quais as atividades adaptadas e diferenciadas precisam contemplar no intuito de acessibilidade curricular.

Outra diferença que pode ser apontada é a definição bem estabelecida das funções de cada um no atendimento as necessidades específicas dos estudantes, há cuidador dedicado aos cuidados de saúde, higiene e alimentação, estagiários e monitores para acompanhamento do aluno, reforço escolar, auxílio na construção de materiais didáticos e adaptações de atividades,

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

professor específico para o AEE, além de professor de Educação Especial que atua como referência nas formações dos demais professores, intérprete e alunos colaboradores.

Contudo, cabe ressaltar que o fazer-estagiário inclusivo nesse espaço assume características muito próximas ao do estágio anterior, pois o acompanhamento dos estudantes não se desassocia da perspectiva inclusiva e dos apontamentos vivenciados nas escolas municipais, primeiro porque preza pelos mesmos princípios inclusivos da LDBEN de 1996, segundo porque assume a singularidade do aluno, requerendo atualização da didática, métodos pedagógicos diferenciados, materiais e atividades adaptadas para o atendimento das necessidades específicas.

### 3 Considerações finais

O relato de experiência aqui apresentado tem base nas reflexões das vivências do período como estagiária para o posicionamento do conceito fazer-estagiário inclusivo, o que de forma categórica compreende o trabalho que os estagiários desenvolveriam no acompanhamento de alunos vinculados a modalidade da Educação Especial em escolas inclusivas.

Como perspectivas conceituais iniciais do conceito observou-se que o fazer-estagiário inclusivo é aquele que considera uma análise da concretude escolar e encara seus desafios de forma propositiva, coletiva, colaborativa, transformadora, com postura crítica dialogada de quem aprende-ensina com vista a inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial.

A educação que prese pela inclusão concebe princípios e novas estratégias pedagógicas, além de diálogos entre professores e demais profissionais de modo a fragilizar as barreiras no processo de ensino e aprendizagem e no acesso aos conhecimentos escolares na sala de aula regular e/ou na prestação do serviço de AEE (GONÇALVES; KAURAK; THIENGO, 2017).

Assim, o fazer-estagiário inclusivo assume os princípios voltados para inclusão da LDBEN de 1996 e está cercado pelo reconhecimento das influências culturais, históricas e

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

políticas que visam uma ação transformadora concreta. Na formação profissional e trabalho concebe diálogo, singularidades e atualizações pedagógicas constantes para o atendimento das necessidades específicas dos alunos da Educação Especial, prioritariamente assume o sujeito acima do laudo, visando a superação das barreiras de aprendizagem para promoção da acessibilidade ao conhecimento curricular e convívio social.

Em consideração o conceito fazer-estagiário inclusivo gera um paradoxo, pois encontra-se em estado de incompletude, não por carecer de caracterizações mais amplas, mas por assim o ser, sempre incompleto, um conceito flutuante de construção substancialmente parciais e fragmentárias, que se adequa as particularidades e vivências de cada estagiário, proporcionando um falar por si, quem sabe inúmeras pesquisas que colaborem infinitamente com a inclusão.

Ademais as vivências, aproximação da produção científica e formações em inúmeros cursos de pequena duração dispostos nas instituições federais sobre Educação Especial durante os estágios acabaram por desenvolver o interesse específico que dedico na monografia (em curso) sobre a formação complementar na Educação Especial.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 498 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 12 set 2022.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 4. ed. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 12 set 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 12 set

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

2022.

BRASIL. Portaria nº 948 de 8 de outubro de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, MEC/ SEED, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 12 set 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 12 set 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 12 set 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6º ed. São Paulo: Atlas 2019.

GONÇALVES N. T. L. P.; KAUARK, F. S.; THIENGO, E. R. Reflexões e observações dos professores quanto à estrutura da “escola inclusiva” e o desenvolvimento do processo de “ensinoaprendizagem”. In: Edmar Reis Thiengo. (Org.). **(IN)DIFERENÇAS EM QUESTÃO: conversando sobre inclusão**. Vitória: Edifes - Editora do Ifes, 1 ed., 2017. p. 180-196. Disponível em: [https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/364/LIVRO\\_Indiferen%c3%a7as\\_em\\_quest%c3%a3o\\_inclus%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/364/LIVRO_Indiferen%c3%a7as_em_quest%c3%a3o_inclus%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 set 2022.

GONÇALVES, Nahun Thiaghor Lippaus Pires. Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial. **Revista Cocar**. v.14 n.30, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3682>. Acesso em: 12 set 2022.

PADILHA, Anna Maria Lunardi; SILVA, Régis Henrique Reis. Pedagogia histórico-crítica e a educação escolar das pessoas com deficiência. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 31, n.esp.1, esp.062020, p.103-125, dez. 2020. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/8291/pdf>. Acesso em: 12 set 2022.

PERANZONI; Vaneza Cauduro; FREITAS, Soraia Napoleão. A evolução do (pre)conceito de deficiência. **Cadernos**, edição: nº 16, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5253/3200>. Acesso em: 12 set 2022.

**O fazer-estagiário inclusivo: Perspectivas de vivências na Educação Especial**  
*Kassandra de Oliveira Carneiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

RODRIGUES, Brenda de Almeida; HORA, Júnio; VIEIRA, Eliane Telles de Bruim. A formação docente por meio do estágio supervisionado: notas de uma experiência. **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Vitória-ES, v. 26, n. 2, p. 12-22, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/32722>. Acesso em: 12 set 2022.

SOUZA, Queila dos Santos de Menezes. Estágio Curricular: Observações e experiências discentes. **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Vitória-ES, v. 26, n. 2, p. 23-42, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/32059>. Acesso em: 12 set 2022.

SILVA, Eline C. P.; SOUSA, Leonardo L. S. A.; NEGREIROS, Fauston. Estágio Não Obrigatório Na Educação Especial: práticas e contribuições para a formação do profissional docente. **Educação & Linguagem**. ISSN: 2359-277X, ano 7. nº 1, p. 62-72, JAN-ABR, 2020. Disponível em: [https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2020/06/5\\_REdLi\\_2020.1.pdf](https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2020/06/5_REdLi_2020.1.pdf). Acesso em: 12 set 2022.